1

LINGUAGEM

1.1 O que é a lingua(gem)?

A lingüística é o estudo científico da lingua(gem). À primeira vista esta definição – que se encontra na maior parte dos livros e tratamentos gerais do assunto – é suficientemente direta. Porém, qual o significado exato de "lingua(gem)" e de "científico"? Poderá a lingüística, tal como é praticada atualmente, ser corretamente descrita como uma ciência?

A pergunta "O que é a lingua(gem)?" é comparável – e alguns diriam quase tão profunda quanto – a "O que é a vida?", cujas pressuposições circunscrevem e unificam as ciências biológicas. Evidentemente, "O que é a vida?" não é o tipo de pergunta que um biólogo tenha constantemente diante de si em seu trabalho cotidiano. Tem uma natureza muito mais filosófica. E, assim como outros cientistas, o biólogo normalmente está por demais imerso nos detalhes de algum problema específico para poder pesar as implicações de questões tão gerais. Contudo, o suposto significado da pergunta "O que é a vida?" – a pressuposição de que todos os seres vivos compartilham de algumas propriedades ou de algum conjunto de propriedades que os distinguem das coisas não-vivas – estabelece os limites das investigações do biólogo e justifica a autonomia, ou a autonomia parcial, de sua disciplina. Embora se possa dizer que a pergunta "O que é a vida?", neste sentido, fornece à biologia a sua própria razão de ser, não se trata tanto da pergunta em si quanto da interpretação particular que o biólogo a ela atribui e do desvendar de suas implicações mais detalhadas dentro de uma estrutura teórica atualmente aceita que alimentam a pesquisa e as especulações diárias destes cientistas. O mesmo ocorre com o lingüista em relação à pergunta "O que é a lingua(gem)?".

A primeira observação sobre "O que é a lingua(gem)?" é que a palavra "lingua(gem)" aparece no singular e precedida de artigo definido.* Assim formulada, ela difere, gramaticalmente, senão pelo sentido, da pergunta "O que é uma lingua(gem)?", superficialmente semelhante. Diversas línguas européias têm duas traduções, e não uma, para o vocábulo inglês *language*: haja vista o francês *langage*: *langue*, o italiano *linguaggio*: lingua e o espanhol *lenguaje: lengua*. Em cada um dos casos, a diferença entre as duas palavras está correlacionada, até certo ponto, com a diferença entre os dois sentidos da palavra inglesa "*language*".** Por exemplo, em francês a palavra *langage* é usada com referência à linguagem em geral, e a palavra *langue* aplica-se às diferentes línguas. De tal forma que o inglês permite a seus falantes dizer de alguma pessoa que não só "*he possesses a language*" ["ele possui uma língua] (inglês, chinês, malaio, suaíli etc.) mas que "*he possesses language*" ["ele é dotado de linguagem"]. Filósofos, psicólogos e lingüistas freqüentemente salientam que é a posse da linguagem o que mais claramente distingue o homem dos outros animais. No presente capitulo analisaremos a essência desta afirmação. Quero enfatizar aqui o fato óbvio, mas importante, de que não se pode possuir (ou usar) a linguagem natural sem possuir (ou usar) alguma língua natural específica.

Acabo de mencionar os termos 'lingua(gem) natural', o que levanta uma outra questão. A palavra 'lingua(gem)' aplica-se não apenas ao inglês, malaio, suaíli etc. – ou seja, ao que todos concordariam em chamar adequadamente de línguas – mas a uma série de outros sistemas de comunicação, notação ou cálculo, sobre o qual se possa discutir. Por exemplo, matemáticos, lógicos e engenheiros de sistemas freqüentemente elaboram, por motivos específicos, sistemas de notação que, legítima ou ilegitimamente chamados de linguagens, são artificiais, e não naturais. É o que acontece, embora seja baseado em línguas naturais preexistentes e seja inequivocamente uma língua, ao esperanto, inventado no final do século XIX para servir à comunicação internacional. Há outros sistemas de comunicação, tanto humanos como não-humanos, que são sem dúvida naturais ao invés de artificiais, mas que não parecem ser linguagens no sentido estrito do termo, embora a palavra 'linguagem' seja normalmente utilizada para fazer referência a eles. Consideremos expressões como "linguagem de sinalização", "linguagem corporal", ou a "linguagem das abelhas" neste âmbito. A maioria diria que aqui a palavra 'linguagem' está sendo utilizada metaforicamente, ou no sentido figurado. O interesse é que a expressão que traduziria estes casos em francês seria "*langage*" e não "*langue*". O que traduziria estes casos em francês seria "*langage*". O vocábulo francês "*langage*" (como o italiano "*linguaggio*" e o espanhol "*lenguaje*") é mais geral que o outro elemento do par, não só porque é usado para se referir à linguagem em geral, mas também porque é aplicado a sistemas de comunicação, sejam naturais ou artificiais, humanos ou não, para os quais a palavra inglesa "*language*" é empregada, no que parece ser seu sentido mais amplo.

---

* A pergunta em questão no original é "What is language?". Ciente da ambigüidade do termo 'language' no inglês, o autor apresenta uma explanação sobre os dois significados possíveis, que em português são dois vocábulos distintos: 'língua' e 'linguagem'. (N. do T.)

** Eis por que optamos por traduzir *language* no contexto deste capítulo e de outros a ele referentes como 'lingua(gem)', recurso que aparece inclusive no título deste livro. (N. do T.)

O lingüista a princípio lida com as línguas naturais. A pergunta "O que é a lingua(gem)?" traz em si a pressuposição de que cada uma das milhares de línguas naturais reconhecidamente distintas, faladas em todo o mundo, é um caso específico de algo mais geral. O que o lingüista quer saber é se as línguas naturais, todas, possuem em comum algo que não pertença a outros sistemas de comunicação, humano ou não, de tal forma que seja correto aplicar a cada uma delas a palavra "língua", negando-se a aplicação deste termo a outros sistemas de comunicação – exceto na medida em que, assim como o esperanto, eles sejam baseados em línguas naturais preexistentes. Esta será a questão abordada no presente capítulo.

1.2 Algumas definições de 'lingua(gem)'

Não é difícil encontrar definições de lingua(gem). Vejamos algumas. Cada uma das seguintes afirmações sobre a lingua(gem), seja ela uma definição ou não, salienta um ou mais pontos que serão retomados adiante. Todas foram extraídas de trabalhos clássicos de lingüistas famosos. Vistas como um todo, servirão para dar algumas indicações preliminares sobre as propriedades que pelo menos os lingüistas tendem a considerar essenciais à lingua(gem).

(i) Conforme Sapir (1929:8) "A linguagem é um método puramente humano e não instintivo de se comunicarem idéias, emoções e desejos por meio de símbolos voluntariamente produzidos". Tal definição apresenta alguns defeitos. Por mais ampla que seja nossa concepção dos termos "idéia", "emoção" e "desejo", parece claro que há muito que se pode comunicar pela linguagem e que não é coberto por nenhum deles; particularmente "idéia" que é inerentemente impreciso. Por outro lado, há muitos sistemas de símbolos voluntariamente produzidos que só consideramos linguagens no que nos parece um sentido amplo ou metafórico da palavra "linguagem". Por exemplo, o que popularmente se conhece hoje por "linguagem corporal" – fazendo uso de gestos, posturas, olhares etc. – parece satisfazer a este ponto da definição de Sapir. Se se trata de um sistema puramente humano e não-instintivo, já é uma questão aberta a dúvidas. Mas também, como veremos, há que se questionar se as línguas, corretamente assim chamadas, são puramente humanas e não-instintivas. Este é o principal ponto a se considerar na definição de Sapir.

(ii) Em seu *Outline of Linguistic Analysis*, Bloch e Trager (1942:5) escreveram: "Uma língua é um sistema de símbolos vocais arbitrários por meio dos quais um grupo social co-opera." O que é impressionante nesta definição, em contraste com a de Sapir, é que ela não faz alusão, a não ser indiretamente e por implicação, à função comunicativa da lingua(gem). Ao invés disso coloca toda a sua ênfase na função social; fazendo isso, como veremos mais adiante, apresenta uma visão bastante restrita do papel da lingua(gem) na sociedade. A definição de Bloch e Trager difere da de Sapir na medida em que salienta a arbitrariedade e explicitamente restringe a lingua(gem) à língua falada (com o que a expressão " língua escrita" é contraditória). O termo "arbitrariedade" está sendo usado aqui em uma acepção bastante especial: voltaremos ao assunto brevemente. Também retomaremos a questão da relação entre língua e fala. O que se deve dizer agora é que, no que tange às línguas naturais, há uma estreita ligação entre língua e fala. Logicamente, esta pressupõe aquela: não se pode falar sem usar a língua (isto é, sem falar um

determinada língua), mas é possível usar a língua sem falar. No entanto, dado que a língua é logicamente independente da fala, há boas razões para se dizer que, nas línguas naturais tais com as conhecemos, a fala é historicamente, e talvez biologicamente, anterior à escrita. E esta é a posição da maior parte dos lingüistas.

(iii) Em seu *Essay on Language*, Hall (1968:158) nos diz que a lingua(gem) é "a instituição pela qual os humanos se comunicam e interagem uns com os outros por meio de símbolos arbitrários orais-auditivos habitualmente utilizados". Dentre os pontos a considerar aqui, primeiramente, está o fato de que são introduzidos nesta definição os fatores comunicação e "interação" (sendo a interação mais ampla e, a este respeito, melhor que "co-operação"), e, em segundo lugar, o fato de que o termo "oral-auditivo" pode ser tomado *grosso modo* como um equivalente de "vocal", diferindo apenas na medida em que oral-auditivo faz referência ao ouvinte bem como ao falante (isto é, ao receptor bem como ao emissor dos sinais vocais que identificamos como enunciados lingüísticos). Hall, como Sapir, trata a linguagem como instituição puramente humana; e o termo "instituição" explicita a visão de que a língua que é usada por uma determinada sociedade é parte da cultura daquela sociedade. A propriedade da arbitrariedade é, novamente, digna de ser mencionada.

O mais notável da definição de Hall, entretanto, é o emprego que faz do termo "habitualmente utilizados"; e há razões históricas para tal. A lingüística e a psicologia da linguagem foram fortemente influenciadas, durante aproximadamente trinta anos, especialmente nos Estados Unidos, pelas teorias de estímulo e resposta dos behavioristas; e dentro do quadro teórico do behaviorismo o termo "hábito" ganhou uma conotação um tanto especial. Foi usado para referir-se a partes do comportamento identificáveis como sendo respostas estatisticamente previsíveis a determinados estímulos. Muito do que não poderíamos normalmente conceber como uma questão de hábito entrou no escopo da terminologia behaviorista; e muitos livros de lingüística refletem este uso mais ou menos técnico do termo, por cuja adoção se comprometem, ao menos por implicação, com alguma das versões da teoria de estímulo e resposta aplicada ao uso e à aquisição da linguagem. Hoje geralmente se aceita que tal teoria é, senão totalmente inaplicável, muito pouco aproveitável tanto na lingüística quanto na psicologia da linguagem.

Hall possivelmente utiliza os "símbolos" lingüísticos para referir-se aos sinais vocais que são na realidade transmitidos do emissor para o receptor no processo de comunicação e interação. Mas agora é evidente que não há qualquer acepção do termo "hábito", seja técnica ou não, em que se possa dizer que um enunciado lingüístico seja em si um hábito, ou construído por meio de um hábito. Se a palavra "símbolo" estiver sendo usada para referir-se não a enunciados lingüísticos, mas a palavras ou sintagmas de que estes se compõem, ainda assim seria errôneo afirmar que um falante utiliza tal vocábulo, por uma questão de hábito, em tal e tal ocasião. Um dos fatos mais importantes da linguagem é que não há, em geral, qualquer conexão entre as palavras e as situações em que são utilizadas, de tal forma que a ocorrência de determinados vocábulos seja previsível, como se prevê um comportamento habitual, a partir das próprias situações. Por exemplo, não temos o hábito de produzir um enunciado contendo a palavra pássaro a cada vez que nos encontramos em uma situação na qual vemos um pássaro; na realidade nossa probabilidade de usar a palavra 'pássaro' nesta situação não é maior do que a de

utilizá-la em qualquer outro contexto. Como veremos mais tarde, a linguagem é independente de estímulo.

(iv) Robins (1979a:9-14) não oferece uma definição formal de lingua(gem); com razão ele aponta que tais definições "tendem a ser triviais e a não trazer grande informação, a menos que pressuponham... alguma teoria geral da linguagem e da análise lingüística". Entretanto, ele lista e discute uma série de fatos mais salientes dos quais "se deve dar conta em qualquer teoria da linguagem que se queira levar a sério". Em várias edições sucessivas deste livro-padrão, o autor ressalta que as línguas são "sistemas de símbolos... quase totalmente baseados em convenções puras ou arbitrárias", enfatizando contudo sua flexibilidade e adaptabilidade.[1] É possível que não haja incompatibilidade lógica entre a visão de que as línguas são sistemas de hábitos ('hábito' tomado em um sentido especial) e a visão expressa por Robins. Afinal é concebível que um sistema de hábitos venha a se alterar com o tempo, respondendo às mudanças nas necessidades de seus usuários. Porém o termo 'hábito' não é comumente associado ao comportamento adaptável. Mais tarde deveremos examinar um pouco mais de perto a noção de extensibilidade infinita. Veremos então que será necessário traçar uma distinção entre a capacidade de ampliação e modificação de um sistema e a capacidade de ampliação e modificação dos produtos daquele sistema. Também é importante reconhecer que, no que tange ao sistema, alguns tipos de ampliação e modificação são teoricamente mais interessantes que outros. Por exemplo, o fato de que o vocabulário de uma língua possa sempre acrescer-se de novas palavras é teoricamente muito menos importante do que o fato de que possam surgir, como de fato surgem, novas construções gramaticais, ao longo do tempo. Uma das questões centrais da lingüística é investigar se há limites para a realização dessas modificações e, se houver, quais são eles.

(v) A última definição a ser citada aqui aborda um campo muito diferente; "Doravante considerarei uma lingua(gem) como um conjunto (finito ou infinito) de sentenças, cada uma finita em comprimento e construída a partir de um conjunto finito de elementos." Tal definição foi tirada de *Syntactic Structures* de Chomsky (1957:13), cuja publicação lançou o movimento conhecido como gramática transformacional. Ao contrário das outras definições, pretende abranger muito mais do que as línguas naturais. Mas, de acordo com Chomsky, todas as línguas naturais são, seja na forma falada, seja na escrita, linguagens, no sentido de sua definição: uma vez que (a) toda língua natural possui um número finito de sons (e um número finito de letras em seu alfabeto – considerando que tenha um sistema alfabético para a escrita); e (b), embora possa haver um número infinito de sentenças distintas na língua, cada sentença pode ser representada como uma seqüência finita desses sons (ou letras). É tarefa do lingüista que descreva alguma língua natural determinar quais das seqüências finitas de elementos são sentenças, e quais não são. E é tarefa do lingüista teórico que interpreta a pergunta "O que é a lingua(gem)?" como "O que é a língua natural?" descobrir, se puder, as propriedades estruturais, se houver, pelas quais as línguas naturais diferem do que, contrastando com elas, podem se chamar línguas não-naturais.

---

[1] Em edições anteriores (1964:14; 1971:13) diz o seguinte: "As línguas possuem infinita capacidade de extensão e modificação, conforme variem as necessidades e condições de seus falantes." Na edição mais recente substituiu-se "infinita capacidade de extensão" por "adaptabilidade".

Chomsky acredita – e vem enfatizando cada vez mais esse fato em seus trabalhos mais recentes – que não só tais propriedades estruturais realmente existem, mas que são de tal forma abstratas, complexas e altamente específicas quanto a seus propósitos, que não poderiam absolutamente ser aprendidas a partir do nada por uma criança às voltas com o problema da aquisição de sua língua materna. Devem ser de alguma forma conhecidas pela criança, antes e independentemente de sua experiência com qualquer língua natural, sendo usadas no processo de aquisição da linguagem. É por manter este ponto de vista que Chomsky se diz ser racionalista, ao invés de empirista. Voltaremos a este ponto (v. 7.4).

A definição chomskiana de 'lingua(gem)' foi citada aqui em grande parte pelo contraste que estabelece com as outras, tanto no estilo quanto no conteúdo. Não menciona a função comunicativa das línguas, naturais ou não; não diz nada sobre a natureza simbólica dos elementos ou de suas seqüências. Seu objetivo é chamar a atenção para as propriedades puramente estruturais das lingua(gem) e sugerir que tais propriedades podem ser investigadas numa perspectiva matematicamente precisa. A maior contribuição de Chomsky para a lingüística foi ter atribuído ênfase especial ao que chama de dependência estrutural dos processos pelos quais se constroem as sentenças nas línguas naturais e ter formulado uma teoria geral da gramática que se baseia em uma definição particular desta propriedade (v. 4.6).

As cinco definições de "lingua(gem)" aqui citadas e brevemente discutidas serviram para introduzir algumas das propriedades que alguns lingüistas consideraram como traços essenciais das línguas tais quais as conhecemos. A maioria deles adotou a visão de que as línguas são sistemas de símbolos projetados, por assim dizer, para a comunicação. E é assim que abordaremos as línguas, mais adiante, na seção intitulada 'O ponto de vista semiótico': a semiótica, como veremos, é a disciplina, ou o ramo de estudos, que se dedica à investigação do comportamento simbólico e comunicativo. A questão que nos interessará então será saber se há alguma propriedade, ou conjunto de propriedades, que distinga as línguas naturais de outros sistemas **semióticos**. Algumas das propriedades citadas foram a arbitrariedade, a flexibilidade e capacidade de modificação, independência de estímulo, e dependência estrutural. Em tempo, outras serão acrescentadas a esta lista. A relação entre língua e fala será tratada em 1.4.

1.3 Comportamento lingüístico e sistemas lingüísticos

É hora, portanto, de traçarmos algumas distinções necessárias no sentido do termo 'lingua(gem)'. Já me referi anteriormente à distinção entre linguagem em geral (*langage*, para usar o termo francês) e uma língua particular (*langue*). O adjetivo "lingüístico" é semelhantemente ambíguo (mesmo quando relacionado à linguagem ao invés da lingüística). Por exemplo, a expressão "competência lingüística" [*language competence*], que foi empregada por Chomsky e outros, que o seguiram, referindo-se ao domínio que uma pessoa tem de uma determinada língua, é construída com a mesma naturalidade para significar, em inglês, a capacidade ou a facilidade que uma pessoa poderia ter na aquisição ou uso não de uma língua, mas da linguagem. (E sempre que a palavra '*language*' é usada em posição adjetiva, em substantivos compostos, apresenta o mesmo tipo de ambigüidade: veja-se '*language-competence*', '*language-acquisitio*'.)

Na maioria das vezes a ambigüidade não traz maiores conseqüências ou é resolvida pelo contexto. Quando for importante separar os dois sentidos da palavra '*language*', cuidarei de notar.*

Usar uma determinada língua ao invés de outra, é comportar-se de uma forma ao invés de outra. Tanto a linguagem quando as línguas específicas podem ser encaradas como comportamento, ou atividade, parcialmente observável e identificável como **comportamento lingüístico**, não só pelos participantes-observadores (isto é, falantes e ouvintes na medida em que restringimos nossa atenção à língua falada) mas também por observadores que naquele momento não estão envolvidos neste comportamento caracteristicamente interativo e comunicativo. Além do mais, embora seja pertinente à essência do comportamento lingüístico que, em geral, senão a cada vez que ocorra, seja comunicativo, é normalmente possível a observadores externos reconhecer o comportamento lingüístico como tal, mesmo quando não conhecem a língua específica que está sendo usada, não podendo interpretar os enunciados que são o produto do comportamento observado.

A linguagem, portanto, pode ser legitimamente considerada sob um ponto de vista comportamental (embora não necessariamente comportamentista). Mas a linguagem e as línguas ainda podem ser consideradas sob pelo menos dois outros enfoques. Um deles, associado à distinção terminológica estabelecida por Chomsky entre 'competência' e 'desempenho'; o outro, com respeito à distinção um pouco diferente, estabelecida no início do século por Ferdinand de Saussure, em francês, entre '*langue*' e '*parole*'.

Quando dizemos de alguém que *ele fala inglês*, podemos nos referir a uma das seguintes alternativas: ou (a) ele, habitual ou ocasionalmente, adota um tipo específico de comportamento, ou (b) que ele tem a capacidade (exercendo-a ou não) de adotar este tipo de comportamento. Referindo-nos ao primeiro como **desempenho** e ao segundo como **competência**, podemos afirmar que o desempenho pressupõe a competência, ao passo que a competência não pressupõe o desempenho. Assim enunciada, a distinção entre competência e desempenho fica relativamente livre de controvérsia. O mesmo acontece ao passo seguinte dado por Chomsky, ao dizer que, independentemente da abrangência do termo "competência lingüística", deve-se reconhecer que o comportamento lingüístico de determinadas pessoas em determinadas ocasiões é estabelecido por muitos outros fatores para além da competência lingüística. Há muitos pontos na formulação mais detalhada de Chomsky da noção de competência lingüística altamente controvertidos. Mas não nos devem preocupar agora (v. 7.4). Aqui é suficiente notar que, para Chomsky, o que os lingüistas descrevem, ao investigar uma determinada língua, não é o desempenho como tal (ou seja, comportamento), mas a competência dos falantes, na media em que é puramente lingüística, que está subjacente, possibilitando o desempenho. A competência lingüística de um indivíduo é seu conhecimento de uma determinada língua. Uma vez que a lingüística cuida de identificar e de dar conta satisfatoriamente, em ter-

* Como no caso anterior, com o vocábulo inglês '*language*' em posição substantiva, o autor agora considera os significados de '*language*' em posição adjetiva. No português '*language competence*' traduz-se por 'competência lingüística', expressão que também é ambígua no sentido de aplicar-se à língua ou à linguagem. Mas '*language acquisition*' traduz-se por 'aquisição da linguagem', o que já é uma escolha mais definida por uma, mais do que por outra, tradução de '*language*'. (N. do T.)

mos teóricos, dos determinantes da competência lingüística, de acordo com Chomsky ela deve figurar como ramo da psicologia cognitiva.

A distinção entre *'langue'* e *'parole'*, tal como foi originalmente estabelecida por Saussure, esteve subordinada a uma série de outras distinções logicamente independentes. As mais importantes foram, por um lado, a distinção entre o que é potencial e o que é real, e, por outro, a distinção entre o que é social e o que é individual (v. 7.2). O que Saussure chamou de "*langue*" é qualquer língua particular que seja de posse comum a todos os membros de uma **comunidade lingüística** determinada (ou seja, a todos os que se dizem falar a mesma língua). O termo francês "*langue*" que, como vimos, é simplesmente uma das formas correntes para a tradução do inglês "*language*", geralmente não se traduz para o inglês quando empregado tecnicamente em seu sentido saussureano. Introduziremos o termo "sistema lingüístico" em seu lugar; e estabelecermos um contraste com "comportamento lingüístico", pelo menos inicialmente, mantendo o paralelo com a distinção saussureana entre "langue" e "parole". Um **sistema lingüístico** é um fenômeno social, ou instituição que, em si mesma, é puramente abstrata, na medida em que não apresenta uma existência física, mas que em determinadas ocasiões é atualizada no **comportamento lingüístico** dos indivíduos integrantes de uma comunidade lingüística. Até certo ponto, o que Chomsky chama de competência lingüística, pode ser identificado, bastante diretamente, não com o sistema lingüístico, mas com o conhecimento típico que o falante tem do sistema lingüístico. Mas Saussure deu ênfase especial ao caráter social ou institucional dos sistemas lingüísticos. Portanto, ele encarou a lingüística como sendo mais próxima da sociologia ou da psicologia social do que da psicologia cognitiva. Muitos outros lingüistas adotaram a mesma perspectiva. Outros, todavia, sustentaram que os sistemas lingüísticos podem e devem ser estudados independentemente de seus correlatos psicológicos ou sociológicos. Retomaremos esta questão no capítulo[2]. Agora observaremos simplesmente que, ao dizermos que o lingüista se interessa pela língua, afirmamos que está primeiramente interessado na estrutura dos sistemas lingüísticos.

1.4 Língua e fala

Um dos princípios fundamentais da lingüística moderna é de que a língua falada é mais básica do que a língua escrita. Isto não significa, entretanto, que a língua deva ser identificada com a fala. Deve-se estabelecer uma diferença entre os sinais lingüísticos e o **meio** em que tais sinais se realizam. Assim, é possível ler em voz alta o que está escrito e, em contrapartida, escrever o que é falado. Geralmente os falantes nativos alfabetizados, de uma determinada língua, podem dizer se este processo de transferência de um sinal lingüístico de um meio para outro foi bem executado ou não. Na medida em que, neste sentido, a língua é independente do meio em que os sinais lingüísticos se realizam, diremos que a língua tem a propriedade de passar por uma **transferência de meio**. Trata-se de uma propriedade importantíssima – à qual se vem prestando pouquíssima atenção nas discussões gerais sobre a natureza da linguagem. É uma propriedade que, como veremos adiante, depende de outras, com as quais contribui para a flexibilidade e adaptabilidade dos sistemas lingüísticos.

Em que sentido, então, a língua falada é mais básica do que a escrita? E por que será que muitos lingüistas tendem a estabelecer como traço definitivo das línguas naturais o fato de que deveriam ser sistemas de sinais vocais?

Em primeiro lugar, os lingüistas sentem-se na obrigação de corrigir os vícios da gramática tradicional e do ensino tradicional da língua. Até pouco tempo os gramáticos vinham-se preocupando quase exclusivamente com a língua literária, ocupando-se muito pouco da língua coloquial cotidiana. Inúmeras são as vezes em que trataram as normas do padrão literário como normas de correção da própria língua, condenando o uso coloquial, na medida em que diferia do uso literário, classificando-o de agramatical, desleixado ou mesmo ilógico. Durante o século XIX verificou-se um grande progresso na investigação do desenvolvimento histórico das línguas. Os estudiosos compreenderam, mais claramente que antes, que as mudanças na língua dos textos escritos correspondentes a diversos períodos – mudanças do tipo da que com os séculos transformou o latim em francês, italiano ou espanhol, por exemplo – poderiam ser explicadas em termos de mudanças que haveriam ocorrido na língua falada correspondente. A continuidade e onipresença da mudança lingüística foi consideravelmente obscurecida nos textos escritos do passado que chegaram até nós pelo conservantismo das tradições da escrita em muitas culturas, e pelo uso continuado, por longos períodos de tempo, em documentos religiosos e legais bem como na literatura, de um estilo cada vez mais arcaico. Todas as grandes línguas literárias do mundo derivam, em última instância, da língua falada de certas comunidades. Além do mais, é uma questão de acidente histórico se o uso de uma região ou de uma classe social específica serviu de base para o desenvolvimento de uma língua literária padrão em determinadas comunidades e se, conseqüentemente, o dialeto de outras regiões de outras classes sociais hoje são tidos, como muitas vezes acontece, como inferiores, variedades-subpadrão da língua. A força do preconceito tradicional em favor da língua-padrão em sua forma escrita é tanta, que é muito difícil para os lingüistas convencer os leigos de que os dialetos-não padrão em geral têm a mesma regularidade ou sistematicidade que as línguas literárias-padrão, tendo suas próprias normas de correção, imanentes no uso de seus falantes nativos. Uma das primeiras e mais difíceis tarefas para os estudantes de lingüística é adquirir a capacidade de considerar a língua falada em seus próprios fundamentos, por assim dizer, sem pensar que a pronúncia de uma palavra ou expressão seja, ou deva ser, determinada por sua ortografia.

O desejo de equilibrar a balança em favor de uma investigação sem preconceitos sobre fala e a língua falada, evidentemente, não justifica a adoção do princípio de que a língua falada seja mais básica que – e não simplesmente tão básica quanto – a língua escrita. Então, o que significa "básica"? A prioridade histórica da fala sobre a escrita admite pouca margem de dúvida. Não se sabe de nenhuma sociedade humana que exista, ou que tenha existido, em qualquer época, privada da capacidade da fala. Embora as línguas, tais como são conhecidas hoje em quase todo o mundo, possam ser ou faladas ou escritas, a grande maioria das sociedades, até pouco tempo, era totalmente ou em grande parte constituída por indivíduos analfabetos. A prioridade histórica, no entanto, é muito menos importante do que outros tipos de prioridade implicados pelo termo "básico" neste contexto: de ordem estrutural, funcional e, discutivelmente, biológica.

A **prioridade estrutural** da língua falada pode ser explicada da seguinte forma. Se deixarmos de lado por um momento as diferenças de estilo que possam existir entre as línguas falada e escrita correspondentes, presumindo que toda sentença falada aceitável pode se converter em uma sentença escrita aceitável, e vice-versa, não podemos conceber que, a não ser por uma questão de natureza histórica, uma derive da outra. A estrutura de sentenças escritas depende de distinções identificáveis na forma; a estrutura de sentenças faladas, de distinções identificáveis no som. No caso teoricamente ideal, em que há uma correspondência biunívoca entre as sentenças faladas e escritas de uma dada língua, cada sentença escrita será **isomórfica** (ou seja, terá a mesma estrutura interna) da sentença falada correspondente. Por exemplo, se as sentenças escritas se valem de um sistema gráfico alfabético, determinadas letras corresponderão a determinados sons, e determinadas combinações de letras estarão em correspondência biunívoca, como no caso de palavras ou frases, com uma determinada combinação de sons. Nem todas as combinações entre as letras são aceitáveis; nem tampouco todas as combinações entre os sons. Mas há uma diferença importante entre letras e sons a este respeito. A potencialidade de combinação entre os sons utilizados em uma língua específica depende em parte de propriedades do meio (certas combinações sonoras são impronunciáveis ou de difícil produção) e em parte das restrições mas específicas, aplicáveis somente àquela língua. A potencialidade de combinação das letras entre si é totalmente imprevisível em termos de sua forma. É previsível, contudo, em maior ou menor escala, em todas as línguas que se valem de um sistema alfabético na escrita, em termos da associação de determinadas formas com determinados sons e a potencialidade de combinação dos sons entre si na própria fala. Neste âmbito, portanto, a língua falada é estruturalmente mais básica do que a escrita, embora ambas possam ser isomórficas, pelo menos numa situação teórica ideal, no nível de unidades maiores como palavras e frases. Devemos notar que este argumento é inaplicável às línguas que utilizam sistemas de escrita nos quais não há associação entre determinadas formas e determinados sons como tais, mas entre formas e palavras. Não se aplica, por exemplo, ao chinês clássico, escrito com os caracteres tradicionais, ou ao antigo egípcio, escrito em hieróglifos. É por não haver, em geral, prioridade estrutural da língua falada sobre a língua escrita, no que diz respeito ao chinês, que basicamente a mesma língua escrita pode corresponder a dialetos falados totalmente distintos e mutuamente incompreensíveis.

A **prioridade funcional** é mais fácil de se explicar e compreender. Mesmo hoje, nas sociedades modernas mais letradas do mundo industrializado e burocrático, a língua falada é utilizada em uma gama mais ampla de situações, servindo a escrita como substituta da fala apenas nas ocasiões em que a comunicação vocal-auditiva é impossível, inafiançável ou ineficiente. E a invenção do telefone e do gravador possibilitou o emprego da língua falada em situações onde no passado seria usada a língua escrita. Foi para fins de confiabilidade na comunicação à distancia e de preservação de importantes documentos legais, religiosos e comerciais que se inventou originalmente a escrita. O fato de os textos escritos terem sido utilizados para fins tão importantes ao longo da história, e de serem mais confiáveis e duráveis do que os enunciados falados (ou pelo menos assim foram até que se desenvolveram os métodos modernos de gravação de sons) contribuiu para que a língua escrita gozasse de mais prestígio e formalidade em muitas culturas.

Chegamos então à questão mais controvertida da **prioridade biológica**. Há muitas indicações de que o homem seja geneticamente pré-programado, não só para adquirir a linguagem, mas também, como parte do mesmo processo, para produzir e reconhecer os sons da fala. Diversas vezes foi salientado que o que o lingüista comumente chama de órgãos da fala (ou órgãos vocais) – pulmões, cordas vocais, dentes, língua etc. – todos, servem a alguma função biologicamente mais básica do que a de produzir sinais vocais. Esta questão é indiscutível: os pulmões se utilizam na respiração, os dentes na mastigação; e assim por diante. Todavia, todos os bebês balbuciam com poucos meses de idade (a menos que sofram de algum distúrbio mental ou físico); e o balbucio, que envolve a produção de uma gama muito maior de sons do que aquela encontrada na fala dos que têm contato com a criança, não pode ser satisfatoriamente explicado em termos de uma mera imitação dos sons que o bebê ouve ao seu redor. Além do mais, demonstrou-se experimentalmente que os recém-nascidos, logo nas primeiras semanas de vida, podem distinguir sons da fala de outros sons, estando como que predispostos a prestar atenção a eles. Os parentes mais próximos do homem, dentre os primatas mais evoluídos, embora tenham basicamente o mesmo aparelho fisiológico, não apresentam a mesma predisposição a produzir ou a identificar os sons característicos da fala humana. Esta pode ser a principal razão por que as tentativas de ensinar chimpanzés a falar não obtiveram sucesso, embora se tenha conseguido, de forma relativamente bem-sucedida, ensinar-lhes línguas, ou sistemas paralingüísticos, cujos sinais são produzidos manualmente e interpretados visualmente. (Sabe-se agora que, em seu *habitat* natural, os chimpanzés se comunicam entre si por meio de gestos e de sinais vocais; e seus sinais gestuais parecem ser muito ricamente diferenciados do que suas chamadas vocais; v. 1.7.) Finalmente, há o fato de que os dois hemisférios do cérebro humano são funcionalmente assimétricos após a infância, um deles sendo dominante em relação ao desempenho de determinadas operações. Na maioria das pessoas o lado esquerdo é dominante; e o hemisfério esquerdo realiza a maior parte do processamento dos sinais lingüísticos, sendo melhor no processamento dos sons da fala, embora não no de outros tipos de som, do que o hemisfério direito (v. 8.3)

Provas dessa natureza, embora não conclusivas, são altamente sugestivas. De acordo com uma hipótese plausível, a linguagem humana desenvolveu-se, em algum ponto da evolução da espécie, a partir de um sistema de comunicação gestual, e não vocal; há muitas razões para crer que isso tenha acontecido. Esteja esta hipótese correta ou não, os dados resumidos no parágrafo anterior levam à conclusão de que, em seu atual estado evolutivo, o homem tem no som, e mais especificamente na gama de sons audíveis produzidos pelos órgãos da fala, o meio natural, biologicamente básico, no qual a linguagem se realiza. Se assim for, os lingüistas estarão justificados não apenas ao usar o termo "órgão da fala", mas ao postular uma relação não-contingente entre as línguas e a fala.

Permanece o fato, entretanto, de que há uma diferença entre prioridade biológica e prioridade lógica. Como já se frisou anteriormente, a linguagem tem, em grande escala, a propriedade de se transferir de um meio para outro. No decurso natural dos acontecimentos, as crianças adquirem um comando da língua falada de forma natural (ou seja, em virtude de um dom biológico próprio e sem treinamento especial), ao passo que a leitura e a escrita são habilidades especiais, para as quais é dado um tipo especial de instrução baseado no

conhecimento prévio que têm da língua falada. No entanto, não apenas as crianças, mas também os adultos podem aprender a ler e escrever sem grande dificuldade; e é perfeitamente possível, embora raro, que se aprenda uma língua escrita sem haver um comando prévio da língua falada correspondente. Da mesma forma é possível aprender sistemas gestuais de comunicação que não se baseiam nem numa língua falada, nem numa língua escrita, tais como os sistemas utilizados pelos surdos-mudos. Se descobríssemos uma sociedade que usasse um sistema de comunicação gestual ou escrito, com todas as outras características distintivas de uma linguagem, mas que nunca se realizasse no meio falado, sem dúvida faríamos referência a este sistema de comunicação como sendo uma língua. Portanto, não se deve colocar ênfase excessiva na prioridade biológica da fala.

Além do mais, quando chegamos ao problema de descrever determinadas línguas, há boas razões para que o lingüista considere as línguas falada e escrita correspondentes como mais ou menos isomórficas, ao invés de absolutamente isomórficas. Apenas em uma situação teórica ideal, como mencionei anteriormente, há isomorfismo completo. Nenhum sistema de escrita até hoje concebido (senão os sistemas de transcrição idealizados por foneticistas exatamente com esta finalidade) possibilita a representação de todas as distinções significativas da fala. Segue-se que, geralmente, há algumas formas não-equivalentes de se pronunciar uma mesma sentença escrita, conforme varie acento, entonação etc. Os sinais de pontuação, bem como o uso de itálicos e letras maiúsculas, existem basicamente na língua escrita pelos mesmos motivos que há acento e entonação na língua falada, mas os primeiros nunca poderão representar adequadamente estas últimas. Deve-se também reconhecer que sempre há diferenças funcionais e estruturais entre línguas correspondentes faladas e escritas. A extensão de tais diferenças varia, por motivos históricos e culturais, de uma língua para outra. Em árabe e tâmil, por exemplo, a diferença tanto em termos gramaticais como vocabulares é considerável. Em inglês é menos gritante. Entretanto, mesmo em inglês há palavras, expressões construções gramaticais que se julgam excessivamente coloquiais para a língua escrita (por exemplo, '*load of old cobblers*') ou, em contrapartida, excessivamente literárias para a língua falada (por exemplo, '*any arrangements made heretofore notwithstanding*').*

Os termos 'coloquial' e 'literário' são reveladores. Há uma clara distinção a fazer, em princípio, entre 'coloquial'e 'falado', por um lado, e entre 'literário' e 'escrito', por outro. A distinção na prática é difícil de se manter; e para algumas línguas a distinção entre diferenças de meio ('falado' x escrito') e diferença de estilo ('coloquial' x 'literário') não faz muito sentido. Da mesma forma acontece com diferenças de meio e diferenças de dialeto ('padrão' x 'não-padrão'etc.). O postulado teórico do isomorfismo entre a língua falada e a escrita é parte do que é citado abaixo como ficção da homogeneidade (v. 1.6).

* Também em português, obviamente, há expressões que não se usam na língua escrita, e outras que não se usam na língua falada. Um exemplo do primeiro caso poderia ser 'cambada de vagabundos', e do segundo caso, 'quanto ao conteúdo do referido item, segue em anexo...'; ambos correspondentes aos do inglês, no original. (N. do T.)